Pelo presente instrumento, encaminha-se à consideração do Diretor-geral da Unicorp o Documento de Formalização da Demanda – DFD para contratação direta, por inexgibilidade, de serviço técnico especializado, qual seja, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (Processo Estrutural e os desafios do Poder Judiciário), de natureza predominantemente intelectual, com profissional de notória especialização, por meio da empresa Opera Atividades de Ensino Ltda, nos termos do art. 74, III, f, da Lei n. 14.133/2021.

1 IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

1.1 Unidade Demandante

2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

1.2 Responsável pela Unidade Demandante:

Nome: Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Matrícula: 200337-6

Telefone: (71) 3372-5648 / 5154 / 5198

E-mail: maajunior@tjba.jus.br

1.3 Fiscais do contrato – não será necessário – pagamento em parcela única.

1.4 Indicação de pessoa responsável pelo projeto na unidade demandante:

Nome: Marcus Vinicius Fernandes dos Santos

Matrícula: 969.245-2

Telefone: 71 8784-0229

E-mail: mvsantos@tjba.jus.br

2 DESCRIÇÃO DA DEMANDA

2.1 Descrição/Identificação da Demanda

O presente documento manifesta a necessidade da execução de serviço técnico especializado, por meio de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, para instrumentalizar o Judiciário Baiano ante a crescente movimentação do Legislativo Federal (Projeto de Lei nº 3/2025), que pretende regulamentar os processos estruturais no país, e para melhor atender os dispositivos da Recomendação n. 163, do Conselho Nacional de Justiça, que enfatiza a necessidade de reunir esforços para a adoção de soluções inovadoras e eficazes que concretizem o princípio constitucional de amplo acesso à justiça.

2.2 Justificativa da necessidade da contratação

A presente contratação se justifica pela necessidade de capacitar os membros e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia acerca dos desafios do Poder Judiciário ao se deparar com a crescente demanda de processos que tratam de litígios de caráter estrutural. O treinamento possui o objetivo de tornar os participantes capazes de identificar as questões relacionadas à gestão destas ações, bem como de fomentar e aplicar melhorias em suas respectivas áreas de atuação.

2.3 Motivação da Demanda

Estimular magistrados e servidores à reflexões necessárias sobre a litigância responsável e a máxima utilidade da tutela jurisdicional, o que refletirá, por exemplo, na redução de processos meritórios que sofrem com extinção em razão de discussões processuais periféricas e corrigíveis.

2.4 Resultados pretendidos a serem alcançados

Espera-se que, ao final da capacitação, os participantes sejam capazes de identificar o caráter estrutural do litígio, a abrangência social do conflito, a natureza dos direitos envolvidos, as informações técnicas disponíveis, a potencial efetividade, assim como os limites e dificuldades da solução estrutural.

2.5 Alinhamento Estratégico

A presente contratação alinha-se ao Plano Estratégico do Poder Judiciário do

Estado da Bahia para o sexênio 2021-2026, instituído pela Resolução N. 03/2021, contemplando diretamente os seguintes Macrodesafios e Objetivos Estratégicos:

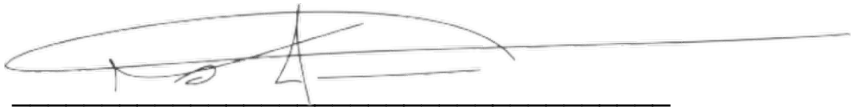
- **Macrodesafio M10 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas:** A contratação atende ao **Objetivo Estratégico 10.1**, que visa implementar ações que promovam o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores, de maneira a efetivar a missão e a visão institucional. O curso de "Processo Estrutural e os desafios do Poder Judiciário" atua diretamente na capacitação deste público-alvo.
- **Macrodesafio M3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional:** A demanda também se alinha ao **Objetivo Estratégico 3.1**, que busca elevar a eficiência e agilidade na tramitação processual em todas as suas fases, além da otimização dos serviços judiciais. Isso é alcançado pois o curso tem o objetivo de capacitar os participantes para identificar questões gerenciais na gestão de ações estruturais e aplicar melhorias em suas respectivas áreas de atuação.

2.6 Público Alvo

Membros e Servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - Serão disponibilizadas 280 vagas para a capacitação na modalidade presencial, e vagas ilimitadas para a modalidade virtual.

3 - ENCAMINHAMENTO

Salvador, 23 de julho de 2026.



Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior

2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia